



MARCHA DAS MULHERES NEGRAS DA PARAÍBA: AFROCLUSÃO, RESISTÊNCIA E ENFRENTAMENTO DA RECUSA ATIVA DA AUTORIA

MARCHA DE LAS MUJERES NEGRAS DE PARAÍBA: AFROCLUSIÓN, RESISTENCIA Y ENFRENTAMIENTO DE LA NEGATIVA ACTIVA DE LA AUTORÍA

Dossiê Gênero e Resistências: Potências Feministas Frente às Violações de Direitos Humanos

Artigo recebido em 21/08/2025 e aceito em 02/12/2025.

Jéssica Araújo de Souza¹
União Brasileira de Faculdades - UniBF

Michele Guerreiro Ferreira²
Universidade Federal da Paraíba

Resumo

A Marcha das Mulheres Negras na Paraíba articula memória, resistência e construção coletiva de conhecimento com forte ancoragem nas experiências locais. O objetivo deste artigo é analisar a Marcha das Mulheres Negras da Paraíba a partir do conceito de Afroclusão, compreendido como categoria teórica que nomeia a recusa ativa da autoria negra nos espaços de poder, de produção de saber e de estruturação institucional. A partir da pesquisa bibliográfica, envolvendo levantamento e análise de produções acadêmicas, documentos institucionais e registros de eventos chegou-se a resultados que indicam que a Marcha, ao articular ação coletiva, memória e produção política, evidencia mecanismos históricos de negação da autoria negra e, simultaneamente, afirma a centralidade das mulheres negras como produtoras de cultura, conhecimento e institucionalidade, confirmando o potencial analítico da Afroclusão para interpretar tais processos.

Palavras-chave: Marcha das Mulheres Negras; Afroclusão; Centralidade negra; Produção de saberes.

Resumen

¹ Pós-Graduação Lato Sensu em Direito Penal e Processo Penal pela UniBF (2020 - 2021). advogada e presidente da Comissão de Combate ao Racismo e a Discriminação Racial da OAB/PB. E-mail: drajessicaasouzza@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0009-0000-5238-4462>.

² Docente do Magistério Superior na Universidade Federal da Paraíba (UFPB); Doutora em Educação pela Universidade Federal de Pernambuco (2018). E-mail: Michele.guerreiro@academico.ufpb.br. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-7394-1149>.



La Marcha de las Mujeres Negras en Paraíba articula memoria, resistencia y construcción colectiva de conocimiento con un fuerte anclaje en las experiencias locales. El objetivo de este artículo es analizar la Marcha de las Mujeres Negras de Paraíba a partir del concepto de Afroclusión, comprendido como categoría teórica que nombra la negativa activa de la autoría negra en los espacios de poder, de producción de saber y de estructuración institucional. A partir de la investigación bibliográfica, que incluye el relevamiento y análisis de producciones académicas, documentos institucionales y registros de eventos, se obtuvieron resultados que indican que la Marcha, al articular acción colectiva, memoria y producción política, evidencia mecanismos históricos de negación de la autoría negra y, simultáneamente, afirma la centralidad de las mujeres negras como productoras de cultura, conocimiento e institucionalidad, confirmando el potencial analítico de la Afroclusión para interpretar tales procesos.

Palabras clave: Marcha de las Mujeres Negras; Afroclusión; Centralidad negra; Producción de saberes.

Introdução

A Marcha das Mulheres Negras representa, no cenário político e social brasileiro, um marco de mobilização coletiva e afirmação do protagonismo feminino negro. Constituída como espaço de denúncia das múltiplas opressões históricas — como racismo, sexismo, desigualdade social, a Marcha também se configura como lugar de construção de saberes, fortalecimento identitário e elaboração de estratégias políticas. Na Paraíba, essa mobilização assume contornos específicos, articulando memórias ancestrais, práticas comunitárias e redes de ativismo que ampliam a visibilidade e a força política das mulheres negras.

O presente estudo tem como recorte a análise da Marcha das Mulheres Negras da Paraíba à luz do conceito de Afroclusão, formulado como categoria teórica autônoma capaz de nomear a recusa ativa e estruturada da autoria negra nos espaços de poder, de produção de saber e de estruturação institucional.

Diferente de abordagens que situam o sujeito negro apenas como vítima de processos excludentes, a Afroclusão enfatiza os mecanismos que negam sua centralidade como produtor de mundo, de cultura e de institucionalidade. Nesse sentido, a Marcha das Mulheres Negras da Paraíba é compreendida como fenômeno social e político que permite evidenciar, pela prática e pela



narrativa, formas de reinscrever a autoria negra nos espaços que historicamente lhe foram negados.

A questão central que orienta este trabalho é: Como a Marcha das Mulheres Negras da Paraíba, por meio de sua organização coletiva e de suas práticas políticas, evidencia — à luz do conceito de Afroclusão — as tensões entre a negação e a afirmação da autoria negra no contexto brasileiro contemporâneo? Desse modo, o objetivo principal consiste em analisar a Marcha das Mulheres Negras da Paraíba a partir do conceito de Afroclusão, evidenciando suas contribuições para a compreensão dos mecanismos que negam e das estratégias que afirmam a centralidade negra.

A investigação adota abordagem qualitativa, estruturada a partir de dois procedimentos principais: levantamento bibliográfico e análise documental. O levantamento bibliográfico contempla a literatura produzida no campo dos estudos afrofeministas, da intelectualidade negra e da crítica à colonialidade, incluindo autoras como Lélia Gonzalez, Sueli Carneiro, Beatriz Nascimento e produções contemporâneas sobre o Bem Viver e a Marcha das Mulheres Negras.

A análise documental, por sua vez, incide sobre um corpus previamente delimitado composto por: documentos institucionais elaborados pelas organizações responsáveis pela Marcha das Mulheres Negras da Paraíba e pela Marcha Nacional de 2015; registros públicos de eventos, entendidos como matérias jornalísticas, notas institucionais, entrevistas, pronunciamentos, cartas políticas e documentos de convocação; além de arquivos digitais produzidos pelo movimento, reunidos em plataformas públicas de acesso.

O corpus foi selecionado de acordo com três critérios: pertinência direta ao contexto da Marcha das Mulheres Negras da Paraíba, aderência temática à discussão sobre Afroclusão e representatividade das narrativas políticas produzidas pelas ativistas. A análise articula esses materiais à categoria Afroclusão, buscando compreender como a Marcha reinscreve a autoria negra na formulação de projetos políticos e epistêmicos.

A escolha por estudar esse tema justifica-se pela necessidade de ampliar o debate acadêmico sobre a centralidade negra nos espaços de



decisão, produção cultural e formulação política, utilizando a Afroclusão como lente teórica inovadora e potente.

A análise da Marcha das Mulheres Negras da Paraíba, nesse sentido, contribui para a compreensão de como experiências coletivas de mulheres negras não apenas resistem a processos de exclusão, mas também constroem, afirmam e legitimam espaços de autoria e protagonismo no Brasil contemporâneo. Assim, o presente artigo está estruturado da seguinte forma: (1) caracterizar a Marcha das Mulheres Negras da Paraíba em seus aspectos históricos, políticos e simbólicos; (2) descrever os fundamentos e dimensões teóricas da Afroclusão; e (3) identificar, na experiência da Marcha, elementos que permitam compreender a autoria negra no espaço público.

Contextualização e Historicidade da Marcha das Mulheres Negras

A Marcha das Mulheres Negras no Brasil constitui-se como resultado de um processo histórico de mobilização política, social e cultural conduzido por mulheres negras em diferentes regiões do país. Sua consolidação nacional, marcada pela realização da I Marcha das Mulheres Negras em Brasília, em novembro de 2015, foi antecedida por décadas de organização comunitária, articulação em redes e construção de agendas próprias que articulavam o enfrentamento simultâneo ao racismo, ao sexismo e às desigualdades socioeconômicas (Lemos, 2016; Marques, 2020). Tal processo teve início ainda nos anos 1980, quando organizações e coletivos de mulheres negras passaram a se articular nacionalmente, incorporando as experiências acumuladas nas lutas antirracistas, feministas e pelos direitos humanos.

O percurso que levou à Marcha nacional foi estruturado em múltiplas etapas preparatórias. Comitês estaduais e regionais se organizaram para mobilizar lideranças locais, realizar encontros de base e sistematizar demandas que refletissem a realidade das mulheres negras nos diferentes territórios. Esses encontros funcionaram como espaços de formação política e de deliberação coletiva, nos quais se debateram políticas de saúde voltadas à população negra, estratégias de combate à violência de gênero e racial, ações para ampliar o acesso ao trabalho digno e medidas para assegurar a



participação política de mulheres negras (Fontoura, 2016; Ribeiro, 2022). A partir dessa mobilização descentralizada, construiu-se uma plataforma nacional unificada, que expressou tanto as especificidades regionais quanto as pautas comuns que atravessam o cotidiano das mulheres negras em todo o país.

A Marcha das Mulheres Negras incorporou como eixo organizativo a perspectiva interseccional, entendida como ferramenta analítica e política para compreender a articulação entre gênero, raça e classe na produção e reprodução das desigualdades sociais. Tal perspectiva, amplamente defendida por militantes e pesquisadoras do feminismo negro, orientou a construção de uma agenda que contemplasse as múltiplas dimensões das opressões vividas pelas mulheres negras, evitando que suas demandas fossem diluídas em pautas mais amplas que não reconhecessem suas especificidades (Rodrigues & Freitas, 2021; Vale, 2020). Essa abordagem reforçou a compreensão de que a luta contra o racismo e o sexismo deve ser articulada de modo indissociável, incluindo também a crítica às desigualdades de classe e às formas de exploração econômica que afetam de maneira particular as mulheres negras.

O marco representado pela Marcha de 2015 não pode ser dissociado do acúmulo político e teórico construído pelo feminismo negro no Brasil. A crítica formulada por autoras como Carneiro (2003) à marginalização das pautas das mulheres negras nos movimentos feministas e negros tradicionais reforçou a necessidade de criar espaços autônomos de incidência. A Marcha materializou essa autonomia ao assumir-se como um espaço de produção de conhecimento, elaboração de políticas e afirmação de identidades coletivas, rompendo com a lógica de subordinação às agendas já estabelecidas por outros movimentos.

As redes de mulheres negras desempenharam papel estruturante em todas as fases do processo. Elas atuaram na mobilização territorial, na articulação com outros movimentos sociais, na organização logística de caravanas e na produção de materiais de comunicação (Micaela, Dos Santos & Spigolon, 2023). Essa organização em rede permitiu conectar lideranças de diferentes contextos socioeconômicos e geográficos, garantindo que a Marcha fosse capaz de representar a pluralidade de vozes e experiências das mulheres



negras brasileiras. Além disso, o fortalecimento dessas redes após a Marcha contribuiu para a continuidade das ações, transformando o evento em um catalisador de articulações políticas duradouras (Sousa, 2024).

A dimensão comunicacional constituiu outro elemento essencial da Marcha. A produção e difusão de registros fotográficos, audiovisuais e performáticos permitiram não apenas documentar o evento, mas também construir novas narrativas sobre a presença das mulheres negras na cena pública. Tais estratégias comunicacionais foram fundamentais para disputar representações e ampliar a visibilidade das pautas do Movimento. Marinho (2021) destaca que a circulação dessas imagens e narrativas em mídias digitais e impressas gerou novas formas de visualidade e visibilidade, rompendo com estereótipos e afirmando as mulheres negras como agentes políticos de alcance nacional.

A Marcha das Mulheres Negras no cenário nacional deve, portanto, ser entendida como um processo contínuo de organização, formação e incidência política que extrapola a realização do ato em Brasília. Ela representa a consolidação de uma trajetória que articula ação nas ruas, elaboração teórica e fortalecimento de redes, configurando-se como plataforma estratégica para a formulação de políticas públicas e para a afirmação do protagonismo das mulheres negras no Brasil (Lemos, 2016; Marques, 2020; Ribeiro, 2022; Rodrigues & Freitas, 2021).

A Construção da Marcha das Mulheres Negras da Paraíba

Como foi dito na seção anterior, no ano de 2015 o Brasil assistiu à primeira Marcha Nacional das Mulheres Negras contra o Racismo, a Violência e pelo Bem Viver, realizada em Brasília, em 18 de novembro. A marcha reuniu delegações de todo o país, totalizando cerca de 30 mil participantes na capital federal (Brasil de Fato, 2025). As mulheres negras da Paraíba organizaram-se ativamente para integrar esse processo. Foi constituído no estado um Comitê Impulsor Paraibano da Marcha das Mulheres Negras 2015, agregando lideranças e coletivos locais. Nos meses que antecederam o evento nacional, ocorreram atividades preparatórias importantes, entre as quais o 1º Encontro



Estadual de Mulheres Negras da Paraíba, realizado em João Pessoa de 31 de julho a 2 de agosto de 2015. Esse encontro, alusivo ao Dia 25 de Julho, data alusiva ao Dia Internacional da Mulher Afro-Latino-Americana e Caribenha e ao Dia Nacional de Teresa de Benguela, teve como objetivo principal aprofundar o debate sobre racismo e suas consequências na vida das mulheres negras paraibanas, fortalecendo a autoestima coletiva e discutindo pautas específicas do segmento no Estado. Além disso, foi um espaço para definir estratégias de mobilização rumo à Marcha Nacional marcada para novembro daquele ano.

A realização do Encontro ficou a cargo da Bamidelê em conjunto com o Comitê Impulsor estadual, contando com parcerias estratégicas da Articulação de Mulheres Negras Brasileiras (AMNB), da Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB) – rede ampla de movimentos feministas – e da Rede de Mulheres Negras do Nordeste (SOS CORPO, 2015). Essa ampla articulação evidenciou a origem coletiva e integrada da marcha na Paraíba, unindo organizações locais históricas e redes regionais/nacionais.

A Marcha de 2015 representou o ápice de um ciclo de mobilização. Mulheres negras de diversas regiões da Paraíba participaram da caravana para Brasília, carregando consigo pautas locais inseridas em um discurso nacional unificado. A culminância daquele 18 de novembro foi marcada não apenas pela presença física dessas mulheres nas ruas da capital federal, mas também pela entrega da “Carta das Mulheres Negras 2015” à então presidenta da República, documento que reivindicava a superação do racismo, do sexismo e de todas as formas de opressão estruturais, indicando propostas para uma nova dinâmica de vida e ação política inclusiva (Nascimento, 2016 *Apud* Matos; Simões, 2018). Esse momento simbolizou o fortalecimento da consciência política coletiva das mulheres negras e deu visibilidade nacional às demandas que elas já vinham construindo em seus estados de origem.

Após a experiência transformadora de 2015, o Movimento de Mulheres Negras na Paraíba entrou em uma nova fase de desenvolvimento político-organizativo. A Bamidelê, que atuou institucionalmente de 2001 a 2021, manteve seu protagonismo no período imediatamente posterior à marcha, dando continuidade a campanhas de empoderamento e identidade racial, a



exemplo da campanha “Morena, não. Eu sou negra!”, voltada a afirmar a identidade negra e combater o racismo internalizado (Carvalho, 2025). Essas ações contribuíram para visibilizar as mulheres negras como sujeito político no estado, influenciando também políticas públicas como a implementação de cotas raciais no ensino superior paraibano (Fundo Brasil, 2014).

Em 2016, assistiu-se ao surgimento de uma nova coletividade: a Abayomi – Coletiva de Mulheres Negras na Paraíba. A criação da Abayomi marcou a transição geracional e a renovação das formas de organização do feminismo negro paraibano (Carvalho, 2025). Operando de maneira horizontal e dinâmica, a Abayomi consolidou a iniciativa Julho das Pretas no Estado, transformando as comemorações do 25 de julho em uma agenda ampliada de atividades ao longo de todo o mês de julho (Carvalho, 2025).

O Julho das Pretas passou a englobar intervenções culturais, políticas e educacionais em diversos municípios paraibanos, fortalecendo identidades e promovendo debates públicos sobre racismo institucional, violência contra a mulher negra, saúde da população negra, entre outros temas relevantes (Carvalho, 2025).

Tal expansão das atividades é indicativa de um desenvolvimento organizativo robusto: o Movimento deixou de concentrar-se apenas em eventos pontuais para tornar-se presença constante no calendário de lutas, galvanizando novas participantes a cada ano.

Estrategicamente, o Movimento local também intensificou o diálogo com instâncias governamentais e conselhos de direitos. A partir de 2015, mulheres negras paraibanas ampliaram sua inserção em espaços de representação política e controle social – como sindicatos, associações comunitárias, coletivos culturais e mesmo candidaturas a cargos eletivos – demonstrando a diversificação de seus repertórios de ação (Brasil De Fato, 2025). Nesse sentido, a Marcha das Mulheres Negras funcionou como catalisador para uma auto-organização política continuada, e não apenas um ato isolado.

Um ponto importante do desenvolvimento organizativo pós-2015 foi a capacidade de integrar diferentes regiões do estado nas atividades do Movimento. Embora João Pessoa, a capital, permaneça como principal pólo de



articulação, houve esforços para descentralizar as ações, promovendo encontros em cidades do interior e formando lideranças locais. Por exemplo, em março de 2025, o Comitê Impulsor paraibano realizou o 2º Encontro Estadual de Mulheres Negras, reunindo cerca de 50 militantes de várias partes do estado (Odara, 2023) para avaliar a conjuntura e traçar estratégias comuns.

Nessas instâncias, reforça-se a elaboração coletiva de documentos políticos que orientam tanto a ação local quanto contribuem para as pautas nacionais (Brasil De Fato, 2025) Tais iniciativas revelam um amadurecimento institucional: o Movimento de Mulheres Negras da Paraíba dispõe hoje de metodologia própria para formação política e planejamento, incorporando técnicas de educação popular feminista e valorizando saberes ancestrais da cultura afro-brasileira. Esse desenvolvimento político-organizativo é, portanto, caracterizado por uma conjugação entre fortalecimento interno (empoderamento de base, capacitações) e incidência externa (diálogo com políticas públicas e movimentos aliados), sempre mantendo a autonomia e centralidade das mulheres negras na condução do processo.

Um aspecto chave da construção da Marcha das Mulheres Negras na Paraíba foi a inserção em redes de articulação amplas, conectando a luta local a movimentos estaduais, regionais e nacionais. Desde o princípio, a Bamidelê e, posteriormente, a Abayomi atuaram como elos entre o movimento paraibano e instâncias maiores de organização do feminismo negro.

No âmbito regional, a Paraíba é parte integrante da Rede de Mulheres Negras do Nordeste, criada em 2013, a qual promove intercâmbio de experiências e ações conjuntas entre ativistas dos nove Estados nordestinos (CARVALHO, 2025). Essa rede se mostrou fundamental na preparação para a Marcha 2015, pois permitiu alinhar pautas e logística entre diversos estados vizinhos. Não por acaso, a própria Abayomi sediou encontros regionais da Rede Nordeste nos anos subsequentes, reforçando laços de solidariedade e construção coletiva (Instituto Odara, 2023).

No plano nacional, a articulação se dá principalmente via Articulação de Mulheres Negras Brasileiras (AMNB), fórum que congrega diversas organizações de mulheres negras do país. A Bamidelê foi membro da AMNB,



contribuindo ativamente na concepção da Marcha Nacional de 2015 e na redação do seu manifesto (SOS CORPO, 2015). Essa participação assegurou que as especificidades paraibanas – como a realidade das comunidades quilombolas do Estado ou a situação das mulheres negras no sertão – fossem consideradas na plataforma nacional. Da mesma forma, a Abayomi hoje integra a AMNB, mantendo a Paraíba conectada às agendas e campanhas nacionais, como as mobilizações contra o feminicídio de mulheres negras e em prol de políticas de reparação.

Em nível estadual e local, o processo de preparação da II Marcha Nacional (prevista para novembro de 2025) estimulou a formalização de comitês de articulação em diferentes regiões da Paraíba. Até meados de 2025, três comitês regionais estavam em atividade no estado: um na região metropolitana de João Pessoa (envolvendo 14 municípios do entorno), um em Campina Grande (Agreste) e outro em Alagoa Grande (Brejo) (Paraíba Feminina, 2025).

Tais comitês descentralizados possibilitam maior capilaridade do Movimento, facilitando a mobilização de mulheres negras em contextos diversos – urbana, rural, litorânea e sertaneja. Eles funcionam em rede, trocando informações e planejando ações conjuntas, de forma que a Marcha das Mulheres Negras da Paraíba seja, de fato, um processo coletivo e representativo de todo o estado. A conexão entre os comitês e a coordenação estadual (Comitê Impulsor) garante unidade na diversidade: respeitam-se as pautas locais específicas enquanto se constrói uma pauta unificada para ser levada aos fóruns nacionais.

Ademais, a articulação passa também pelo diálogo com outros movimentos sociais e entidades. Na Paraíba, o Movimento de Mulheres Negras historicamente se aliou ao Movimento de Mulheres (feminista mais amplo), ao Movimento Negro Misto, a sindicatos (especialmente de categorias com grande presença de mulheres negras, como trabalhadoras domésticas e rurais) e a coletivos culturais de juventude negra. Essa tessitura de alianças foi visível na organização da Marcha de 2015, quando diversos setores contribuíram com apoio logístico e político, e continua presente nos preparativos para 2025.



Assim, a Marcha das Mulheres Negras da Paraíba se constrói não isoladamente, mas como parte de uma rede de articulações que vão do local ao nacional, demonstrando a força de um movimento enraizado nas bases e conectado estrategicamente em todos os níveis.

Afroclusão: Fundamentos Epistêmicos

A formulação do conceito de Afroclusão surge da necessidade de nomear um fenômeno que permanecia não descrito pelos referenciais tradicionais sobre relações raciais, pois faltava uma categoria capaz de reunir, em um mesmo eixo analítico, os processos de exclusão e inclusão que estruturam a experiência negra e sobretudo de explicitar que tais processos são atravessados por disputas de autoria.

Essa noção central parte do reconhecimento de que os sujeitos negros vivenciam formas de despossessão que não operam apenas pela retirada de direitos materiais, mas pela interrupção sistemática da possibilidade de produzir e legitimar narrativas próprias, o que afeta desde a interpretação da realidade até a construção de ferramentas simbólicas de existência. Ao conceituar Afroclusão, estabelece-se que esse impedimento autoral não elimina, contudo, a continuidade de saberes inscritos na memória coletiva negra, como os praticados historicamente por amas de leite, benzedeiros, rezadeiras e parteiras, cujas práticas evidenciam que a produção de conhecimento sempre existiu, embora tenha sido deslocada ou apropriada.

A categoria nasce, portanto, para compreender como a retirada da autoria e a permanência da memória ancestral coexistem e disputam espaços nas trajetórias de mulheres negras encarceradas, que frequentemente vivenciam vínculos afetivos que culminam em aprisionamento, mas também encontram, na reelaboração da identidade e na retomada da ancestralidade, instrumentos de reconstrução narrativa. O conceito passa, assim, a propor que exclusão e inclusão não sejam tomadas como polos opostos, mas como movimentos simultâneos cujo núcleo reside na disputa pela autoria negra.

A partir dessa base, a Afroclusão se consolida como instrumento teórico que, conforme já desenvolvido pela própria autora em Souza (2025), evidencia



que a negação da autoria negra não constitui um efeito marginal, mas um mecanismo estruturante que organiza os limites do reconhecimento social, epistêmico e político. No trabalho anterior, Souza (2025) demonstra que a Afroclusão não descreve apenas o impedimento de acesso, mas a operação sistemática de retirar das populações negras o direito histórico de pertencer às narrativas, às epistemologias e às estruturas de poder, o que implica reconhecer que a disputa pelo pertencimento é também uma disputa pela legitimidade de produzir categorias, interpretar acontecimentos e formular princípios de organização social.

Do mesmo modo, Souza (2025) evidencia que o dispositivo que sustenta essa dinâmica não atua apenas retirando oportunidades, mas impedindo que sujeitos negros ocupem posições de centralidade a partir das quais poderiam exercer autoria sobre discursos e práticas. Assim, a Afroclusão amplia o alcance analítico ao demonstrar que a retirada sistemática da autoria é constitutiva da manutenção de desigualdades e que sua recomposição não se limita a políticas de inclusão formal, mas exige revisar os modos pelos quais são produzidos e legitimados conhecimentos.

Ao dialogar com debates consolidados no feminismo negro brasileiro, o conceito de Afroclusão encontra ressonância teórica na formulação de Sueli Carneiro sobre o dispositivo de racialidade. Carneiro (2023) demonstra que a sociedade brasileira estrutura-se por um regime de produção do outro como não ser, processo no qual a população negra é sistematicamente deslocada das posições de legitimidade ontológica, política e epistêmica. Essa dinâmica converge diretamente com a Afroclusão ao evidenciar que a retirada da autoria não é ausência contingente, mas operação organizada que define quem pode produzir sentidos válidos e quem permanece circunscrito a lugares subordinados.

Quando Carneiro (2003) discute a necessidade de enegrecer o feminismo, estabelece que o apagamento das experiências e formulações das mulheres negras constitui eixo central da dominação racial e de gênero, o que reforça a importância de compreender a Afroclusão como estratégia analítica



que recoloca a autoria negra no centro da interpretação das desigualdades e das possibilidades de reconstrução coletiva.

Essa articulação teórica amplia-se quando se observa a produção de conhecimento realizada por mulheres negras na Paraíba, especialmente no campo do afrofeminismo. Carvalho (2025) evidencia que o 25 de julho se tornou marco político de afirmação da presença negra feminina no estado, funcionando como espaço de elaboração simbólica, disputa narrativa e produção de caminhos para a autonomia. O movimento demonstra que a luta pela centralidade negra envolve práticas de reivindicação pública de autoria, reforçando que a Afroclusão pode ser compreendida como lente capaz de analisar tanto os mecanismos que silenciam quanto às estratégias que reconstróem narrativas.

Do mesmo modo, Carvalho e Rocha (2014) demonstram, ao revisitar a história das celebrações do 25 de julho na Paraíba, que essas práticas constituem processos de produção de memória coletiva que enfrentam diretamente o apagamento histórico, reafirmando a capacidade das mulheres negras de construir sistemas próprios de significado e reorganização política. Esses elementos reforçam que a Afroclusão não opera apenas como diagnóstico, mas como instrumento para compreender como comunidades negras disputam autoria e produzem alternativas frente às estruturas que tentam inviabilizá-la, o que evidencia a necessidade de reconhecer a centralidade da escrita, da memória e da agência negra nos processos de transformação social.

Interpretação da Marcha das Mulheres Negras da Paraíba à Luz da Afroclusão

A leitura da Marcha das Mulheres Negras da Paraíba à luz da Afroclusão permite compreender esse evento não apenas como ato público, mas como intervenção teórica e política sobre as formas de exclusão que estruturam a sociedade brasileira. A Afroclusão é formulada como proposição destinada a explicitar um padrão de exclusão que se organiza por apagamento contínuo e racismo sistêmico, no qual a população negra é deslocada das posições de



pertencimento e de reconhecimento em múltiplas esferas da vida social, inclusive na produção de conhecimento, na participação política e na construção de horizontes de futuro, como sustenta Souza (2025).

O conceito avança ao indicar que a exclusão não se reduz à ausência de direitos ou à inferiorização simbólica, mas se caracteriza pela negação ativa do direito coletivo de produzir, viver e transmitir narrativas negras sobre a própria existência, processo que envolve tanto o silenciamento das experiências quanto a recusa da legitimidade das epistemologias produzidas por grupos subalternizados, o que aproxima a Afroclusão do diagnóstico de epistemicídio apresentado por Santos (2022).

Nessa perspectiva, a Marcha das Mulheres Negras realizada em 2015 em Brasília constitui marco de inflexão, pois ao reunir dezenas de milhares de mulheres em torno do Bem Viver, o movimento formula publicamente um contra-projeto de sociedade que recusa o viver doloroso imposto às mulheres negras pelo modelo capitalista neoliberal e por um Estado que produz morte e precarização, como analisa Santos (2022).

Quando militantes paraibanas, como Terlúcia Silva, integram esse processo organizativo, inscrevem a experiência da Paraíba nesse horizonte afrocentrado de disputa por autoria coletiva, transformando o deslocamento histórico da voz negra em terreno de reivindicação de fala, decisão e elaboração política, em sintonia com a exigência de valorização radical da identidade negra e com a formulação de Afro-inclusão enquanto mediação ética e ancestral, tal como propõe Souza (2025).

Ao observar a MMN e suas reverberações na Paraíba, torna-se possível perceber como o movimento converte o diagnóstico da Afroclusão em prática política que busca recompor a autoria negra em múltiplos planos, do cotidiano à formulação teórica. As narrativas das ativistas, ao assumir a autodefinição e o ato de narrar a si como eixo de luta, aproximam-se das práticas de escrevivência e produzem deslocamento da posição de objeto para a posição de sujeito da enunciação, o que Santos (2022) identifica como ruptura com o silêncio sobre as contradições raciais e com a localização subalterna do lugar de produção de conhecimento.



Essa recomposição autoral se insere em tradição intelectual que inclui a leitura de Beatriz Nascimento sobre quilombo como base para interpretação da nação e do mundo, em que o quilombo aparece como forma de organização social que alia fazer científico e subjetividade negra na elaboração de um projeto de sociedade não regido pela lógica colonial, como enfatiza Nascimento (2021).

Do mesmo modo, a categoria político-cultural de amefricanidade proposta por Lélia Gonzalez indica que a formação social das Américas só pode ser compreendida a partir da centralidade das experiências negras e indígenas, o que desloca o foco geográfico para um campo de disputas históricas e culturais em que o movimento negro e as mulheres negras ocupam posição estratégica, como argumenta Gonzalez (2020).

A articulação entre raça, sexo e classe, presente nas análises de Gonzalez antes mesmo da difusão do termo interseccionalidade, evidencia que a mulher negra é atingida por uma tripla discriminação que se expressa na hierarquia de renda, na informalidade laboral e na inserção subordinada nos mercados de trabalho, dimensão que Santos (2022) também identifica como resultado direto da estruturação racializada da economia.

A Afroclusão, ao nomear a negação sistemática da autoria negra, permite ler esses dados não apenas como indicadores socioeconômicos, mas como expressão de um arranjo que retira da mulher negra a possibilidade de decidir sobre a própria vida e de produzir parâmetros legítimos de Bem Viver, de modo que a MMN se apresenta como contra-dispositivo que reorganiza essa disputa pela centralidade da experiência negra na definição de projetos coletivos.

Nesse sentido, a Marcha das Mulheres Negras da Paraíba e sua vinculação à Marcha nacional podem ser interpretadas como exercício de Afro-inclusão, isto é, como prática que não se limita a denunciar a exclusão, mas que convoca o retorno consciente às raízes africanas e afro-brasileiras como condição para a formulação de futuro digno e antirracista, em consonância com a proposta de Souza (2025). O Bem Viver que emerge das falas das ativistas, analisado por Santos (2022), assume contornos de projeto



coletivo afrocentrado que se opõe ao individualismo da cultura ocidental e à lógica de acumulação capitalista, insistindo no caráter comunitário das decisões e na centralidade da defesa da vida das mulheres negras em contexto de genocídio da população negra e de violência policial.

A ênfase em valores civilizatórios afro-brasileiros e africanos, na memória ancestral e na continuidade histórica da coletividade permite aproximar o Bem Viver das formulações de amefricanidade de Gonzalez (2020), na medida em que ambas apontam para formas alternativas de organização social que se expressam em quilombos, comunidades tradicionais e redes de solidariedade que contestam a colonialidade do poder.

As práticas políticas associadas ao Bem Viver, como o autocuidado do corpo e da mente, a autoformação e a defesa articulada da terra, da cidade e do território por quilombolas, pescadoras e outros grupos, descritas por Santos (2022), podem ser lidas como materialização de uma resposta direta à Afroclusão, pois reivindicam não só acesso a direitos, mas a capacidade de definir critérios de vida boa e de conhecimento legítimo.

Quando a Marcha recusa o movimento de embranquecimento nomeado por Gonzalez (2020) e insiste na afirmação da presença negra como fundamento de um outro modo de pensar, escolher e decidir, ela converge com a Afro-inclusão formulada por Souza (2025), que propõe a transmutação dos lugares de dor e opressão em narrativa insurgente e em reorganização da existência coletiva.

Neste enquadramento, a interpretação da Marcha das Mulheres Negras da Paraíba à luz da Afroclusão evidencia que o movimento não apenas denuncia a estrutura que nega autoria à população negra, mas constrói, na prática, um campo de autorias insurgentes que confronta o epistemicídio descrito por Santos (2022) e reescreve as mulheres negras como formuladoras de teoria, de estratégias políticas e de projetos de sociedade.

Considerações Finais

O presente trabalho partiu do objetivo de analisar a Marcha das Mulheres Negras da Paraíba à luz do conceito de Afroclusão, buscando



compreender de que maneira essa mobilização articula resistência, protagonismo e enfrentamento à recusa ativa da autoria negra. O diálogo com a Afroclusão permitiu qualificar essa compreensão, revelando que a luta travada vai além da simples inserção em espaços pré-existentes: trata-se de uma reivindicação pela reformulação estrutural desses espaços, para que a presença negra se dê em condição de soberania epistêmica e política.

A interlocução entre a Marcha das Mulheres Negras da Paraíba e o conceito de Afroclusão evidencia-se nos princípios de resistência e protagonismo. A marcha, em si, é um ato de resistência ativa: mulheres negras ocupando as ruas, afirmando suas pautas e identidades em um país marcado pelo racismo. Esse protagonismo coletivo combate o duplo apagamento enfrentado pelas mulheres negras – de gênero e raça – ao exigir visibilidade e autoria na esfera pública. É precisamente nesse ponto que o conceito de Afroclusão agrega valor à análise do movimento: ele fornece a base teórica para compreender que a luta das mulheres negras não se restringe a inclusão num sentido superficial ou quantitativo, mas visa uma Afro-inclusão real, em que as mulheres negras sejam sujeitas da narrativa e da produção de conhecimento, e não meramente participantes *tokenizadas*³ das ações sociais.

A noção de Afroclusão ajuda a desvendar a “exclusão mascarada de inclusão”, isto é, situações em que aparentes aberturas às pessoas negras ocultam a manutenção de hierarquias e a negação do poder de fala e criação às populações negras (Souza, 2025). Como aponta Conceição Evaristo, importante escritora e intelectual negra, durante muito tempo os segmentos dominantes toleraram a presença negra apenas em papéis subalternizados ou folclorizados, enquanto “quando a gente se apropria do nosso discurso, da nossa história, isso é motivo de interdição” (Carneiro, 2018, s.p.). Nessa declaração, Evaristo denuncia que a temática negra, sobretudo quando questiona as relações raciais e emerge pela própria autoria negra, “não é muito bem aceita” pela sociedade (Carneiro, 2018, s.p.). Esse fenômeno – em que vozes negras que se autodeterminam são ativamente recusadas ou silenciadas

³ significa ser colocada em um espaço apenas para cumprir uma aparência superficial de diversidade, sem que haja participação real, poder de decisão, escuta verdadeira ou reconhecimento da autoria.



– corresponde ao que Souza (2025) denomina de recusa ativa da autoria negra, componente central da Afroclusão. Do ponto de vista da teoria social crítica, Sueli Carneiro (2023) conceitua processo análogo por meio do termo “epistemicídio”, entendido como a sistemática negação dos saberes e da razão da população negra pelo projeto colonial e suas permanências. O epistemicídio, conforme Carneiro (2023), anula a posição do negro enquanto sujeito produtor de conhecimento, transformando-o em objeto do saber e reforçando a supremacia intelectual branca (Carneiro, 2023, p.88-89).

Diante desse contexto, a Marcha das Mulheres Negras da Paraíba, ao ser interpretada sob a luz do conceito de Afroclusão, desponta como uma prática social de enfrentamento direto a essa recusa da autoria negra e ao epistemicídio. Ao organizar-se sob o lema da reparação histórica e ao promover o Bem Viver comunitário, as mulheres negras paraibanas estão reivindicando o direito de pertencer – de contar suas histórias, de definir agendas políticas e de ocupar espaços de poder de forma legítima. Trata-se de uma encenação concreta da Afro-inclusão: as manifestantes não estão apenas pedindo inclusão formal, mas exercendo sua inclusão nos fatos, ou seja, ocupando as ruas, os discursos e as definições de estratégias futuras. Esse protagonismo atende ao chamado de Souza (2025) para “a centralidade dos saberes negros”, pois são as próprias mulheres negras que articulam as demandas e soluções a partir de suas vivências e ancestralidades.

Assim, Afroclusão e Marcha das Mulheres Negras se complementam em perspectiva e ação. A marcha fornece o exemplo prático da resistência e da agência das mulheres negras, desafiando estruturas excludentes por meio da mobilização popular. Já o conceito de Afroclusão fornece o arcabouço teórico que ilumina a profundidade desse ato: mostra que a luta não é apenas por participação, mas por transformação radical das dinâmicas de poder e saber. A Afroclusão explicita que incluir verdadeiramente a população negra implica desmontar a lógica histórica que lhe negou autoria – e isso requer tanto movimentos sociais combativos quanto novas narrativas e conceitos que sustentem essa virada de paradigma. Em síntese, ao relacionar as duas esferas, percebe-se que a Marcha das Mulheres Negras da Paraíba encarna os



princípios de resistência e protagonismo que confrontam a recusa ativa da autoria negra, ao passo que o conceito de Afroclusão alimenta a práxis, conferindo ainda mais legitimidade e urgência à marcha, enquanto a marcha, por sua vez, materializa os caminhos de superação propostos pela Afroclusão – isto é, a construção de uma sociedade em que as mulheres negras não apenas estejam presentes, mas liderem, narrem e transformem suas próprias histórias e as do Brasil.

A Marcha, nesse sentido, atua como contranarrativa ao epistemicídio e como afirmação de um projeto civilizatório em que a centralidade negra não é concessão, mas princípio.

Como contribuição, este trabalho reafirma que a Marcha das Mulheres Negras da Paraíba é um espaço estratégico de resistência e criação, ao relacionar essa experiência com o conceito de Afroclusão, amplia-se o vocabulário teórico-político para compreender e enfrentar as formas complexas e persistentes de recusa da autoria negra.

Referências bibliográficas

CARNEIRO, Júlia Dias. É preciso questionar as regras que me fizeram ser reconhecida apenas aos 71 anos, diz escritora. **BBC Brasil**, 09 mar. 2018. Entrevista com Conceição Evaristo. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-43327521>. Acesso em: 13 ago. 2025.

CARNEIRO, Sueli. **Dispositivo de racialidade: a construção do outro como não ser como fundamento do ser**. Rio de Janeiro: Zahar, 2023.

CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. In: **RACISMOS contemporâneos**. Rio de Janeiro: Takano Editora, 2003. p. 49-58.

CARVALHO, Rayssa Andrade. Protagonismos, resistência e celebração: o 25 de julho como marco político do afrofeminismo na Paraíba. **Brasil de Fato**, João Pessoa, 25 jul. 2025. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2025/07/25/protagonismos-resistencia-e-celebracao-o-25-de-julho-como-marco-politico-do-afrofeminismo-na-paraiba>. Acesso em: 13 ago. 2025.

CARVALHO, Rayssa Andrade; ROCHA, Solange Pereira da. Feminismo negro na Paraíba: um histórico das celebrações do 25 de julho – Dia das Mulheres Negras na América Latina e do Caribe (1999-2014). **Anais do 18º REDOR –**



Perspectivas feministas de gênero: desafios no campo da militância e das práticas. Recife: UFRPE, 24-27 nov. 2014.

FERREIRA, Carolina. Mulheres negras marcham por Reparação e Bem Viver nesta sexta (25), em Cabedelo (PB). **Brasil de Fato – PB**, 23 jul. 2025. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2025/07/23/mulheres-negras-marcham-por-reparacao-e-bem-viver-nesta-sexta-25-em-cabedelo-pb>. Acesso em: 10 ago. 2025.

FERREIRA, Michele Guerreiro; SILVA, Janssen Felipe da; FEITOSA, Saulo Ferreira. Descolonizando o Currículo: reflexões a partir da contribuição de Enrique Dussel para a construção de um currículo antirracista. **Revista Cocar**, Edição Especial, n. 24, p. 1-19, 2024. Disponível em: <https://periodicos.uepa.br/index.php/cocar/article/view/8295>. Acesso em: 18 ago. 2025.

FONTOURA, M. C. L. A marcha das mulheres negras brasileiras. **DEDS em Revista**, Porto Alegre, v. 1, n. 1, p. 73-80, 2016.

FUNDO BRASIL DE DIREITOS HUMANOS. Bamidelê-Organização de mulheres. **Ação afirmativa nas instituições públicas de ensino superior em defesa das cotas na Paraíba**. 2014. Disponível em: <http://www.fundodireitoshumanos.org.br/projeto/bamideleorganizacao-de-mulheres-negras-na-paraiba-2/> Acesso em 20 de novembro de 2025.

LEMOS, Rosalia de Oliveira. **Do Estatuto da Igualdade Racial à Marcha das Mulheres Negras 2015: uma análise das feministas negras brasileiras sobre políticas públicas**. Niterói: Tese (Doutorado em Política Social) – Universidade Federal Fluminense, Escola de Serviço Social, 2016.

MARINHO, Denise Gomes. **Marcha de Mulheres Negras, Rio de Janeiro: imagens, existência e luta na construção de novas visualidades e visibilidades**. 2021. 100 f. Dissertação (Mestrado em Educação, Cultura e Comunicação) - Faculdade de Educação da Baixada Fluminense, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Duque de Caxias, 2021.

MATOS, Marlise; SIMÕES, Solange. **Emergence of intersectional activist feminism in Brazil: the interplay of local and global contexts**. In: BONIFACIO, Glenda Tibe (ed.). *Global currents in gender and feminisms: Canadian and international perspectives*. Bingley: Emerald Publishing Limited, 2018. p. 35-47.

MARQUES, E. E. A. A crise da democracia brasileira e as ações da articulação de mulheres negras brasileiras. **Revista Orbis Latina**, v. 10, n. 2, p. 43-61, 2020.

MICAELA, L. C. P.; DOS SANTOS, E. F.; SPIGOLON, N. I. Redes de mulheres negras: vozes negras plurais. **Momento – Diálogos em Educação**, v. 32, n. 2, p. 71-88, 2023.



MULHERES NEGRAS DA PARAÍBA SE MOBILIZAM PARA A 2ª MARCHA NACIONAL, EM BRASÍLIA. **Brasil de Fato**, João Pessoa, 25 mar. 2025. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2025/03/25/mulheres-negras-da-paraiba-se-mobilizam-para-a-2a-marcha-nacional-em-brasilia>. Acesso em: 13 ago. 2025.

NASCIMENTO, Beatriz. **Uma história feita por mãos negras: Relações raciais, quilombos e movimentos**. Organização Alex Ratts. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

NASCIMENTO, Nadine. **Marcha das Mulheres Negras comemora um ano com programação online de 12 horas**. Brasil de Fato, São Paulo, 2016. Disponível em: Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2016/11/17/marcha-de-mulheres-negras-comemora-um-ano-com-programacao-online-de-12-horas> Acesso em: 1 set. 2020.

PARAÍBA FEMININA. **Dia Internacional das Mulheres Negras será marcado por ato em Cabedelo/PB**. João Pessoa, 21 jul. 2025. Disponível em: <https://paraibafeminina.com.br/2025/07/21/dia-internacional-das-mulheres-negras-sera-marcado-por-ato-em-cabedelo-pb/>. Acesso em: 13 ago. 2025.

RIBEIRO, M. Mulheres negras em movimento: criações individuais e coletivas por vidas com dignidade e direitos. **Práxis Educativa**, v. 17, 2022.

RODRIGUES, C.; FREITAS, V. G. Ativismo feminista negro no Brasil: do movimento de mulheres negras ao feminismo interseccional. **Revista Brasileira de Ciência Política**, e238917, 2021.

SANTOS, Juliana Gonçalves dos. **O Bem Viver em narrativas de mulheres negras**. 2022. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/100/100135/tde-28032023-203632/en.php>. Acesso em: 27 nov. 2025.

SOS CORPO – Instituto Feminista para a Democracia. **I Encontro Estadual de Mulheres Negras da Paraíba – Rumo à Marcha 2015**. Recife, 2015. Disponível em: <https://soscorpo.org/31-07-a-02-08-i-encontro-estadual-das-mulheres-negras-paraiba-rumo-a-marcha-2015/>. Acesso em: 13 ago. 2025.

SOUSA, Cecília Bizerra. **Nas ruas e para além delas [manuscrito]: um olhar comunicacional sobre a 1ª Marcha das Mulheres Negras e a 1ª Marcha das Mulheres Indígenas** / Cecília Bizerra Sousa. - 2024. 218 f.: il. Orientadora: Vera Regina Veiga França. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.

SOUZA, Jéssica Araújo de. Afroclusão: uma proposição teórica para compreender a exclusão estrutural da população negra no Brasil. **Direitos Humanos e Transdisciplinaridade**, v. 3, n. 1, 2025.



VALE, Maísa M. I **Marcha de Mulheres Negras a Brasília: O que a Teoria Feminista Negra tem a ver com isso?** 2020. 491f. Tese (Doutorado em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2020.



Este é um artigo em acesso aberto distribuído nos termos da Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.